



MANUELZÃO

UFMG Saúde, Ambiente e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas

46

ANO 11

JULHO DE 2008

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



Vai ou espera?

Pare:

riscos da expansão
do eucalipto

Atenção:

vários planos
para o Vetor Norte

Siga:

diferentes rumos
para revitalizar rios

Vai ou espera?

#46 . ANO 11 . JULHO DE 2008

Eucalipto

MONOCULTURA AVANÇA,
MAS AINDA HÁ INCERTEZAS

8



FOTO: CLAUDIO GUERRA

Vetor Norte

Obras diversas chegam a uma região complexa

5

Revitalização

É possível mudar um rio, e para melhor

11

Literatura e natureza

Quando o meio ambiente é também personagem

15

Saber popular

O popular e o científico podem andar juntos?

16

Licenciamento Ambiental

Mauro da Costa Val e Maria Dalce Ricas
falam sobre essa polêmica

18



Informativo do Projeto Manuelzão
UFMG e de suas parcerias
institucionais e sociais pela
revitalização da bacia hidrográfica
do Rio das Velhas.

Coordenação

Geral: Apolo Heringer Lisboa
apolohl@medicina.ufmg.br
Meta 2010 e NuVelhas: Thomaz da
Matta Machado
Biomonitoramento: Marcos
Callisto, Carlos Bernardo
Mascarenhas e Paulo Pompeu
Recuperação vegetal: Maria Rita
Muzzi e Nadia Norta de Sá
Mobilização social e educação
ambiental: Marcus Polignano e
Rogério Sepúlveda
Comunicação Social: Elton Antunes
Publicações: Eugênio Goulart e
Letícia Malloy
Centro de Informação e
Documentação: Carolina Saliba

Redação e Edição

Elton Antunes (MTb 4415 DRT/MG),
Humberto Santos (MTb 12658 DRT/
MG), Filipe Motta, Isabela Almeida,
Juliana Afonso, Lucas Sávio, Mariana
Garcia, Sâmia Bechelane, Stéphanie
Bollman e Taís Ahouagi
Diagramação e Ilustração: Délio
Faleiro, Filipe Alonso, Renata
Romeiro e Stephanie Boaventura
Foto capa: Filipe Alonso
Projeto gráfico: Atelier de
Publicidade do curso de
Comunicação Social da UFMG, sob
a coordenação de Bruno Martins.
Equipe: Délio Faleiro, Filipe Alonso,
Renata Romeiro e Stephanie
Boaventura
Impressão: Posigraf

É permitida a reprodução de matérias
e artigos, desde que citados a fonte e o
autor. Os artigos assinados não exprimem,
necessariamente, a opinião dos editores da
revista e do Projeto Manuelzão.

Universidade de Minas Gerais
Departamento de Medicina Preventiva e
Social Internato em Saúde Coletiva
Avenida Alfredo Balena, 190, 8º andar - sl.
813, BH - MG, CEP: 30130-100
(31) 3409-9818 www.manuelzao.com.br
manuelzao@manuelzao.ufmg.br

PARCERIAS E PATROCÍNIO



COLABORAÇÃO



51 municípios da Bacia do Rio das Velhas

Comitê da Bacia do Rio São Francisco

Fôlego renovado

Caro leitor,

Organização, “limpeza”, facilidade de leitura. Essas são algumas das idéias que motivaram mais uma mudança em nosso projeto gráfico. A equipe do Atelier de Publicidade do curso de Comunicação Social da UFMG se debruçou sobre o universo do Projeto Manuelzão e levou esses conceitos para as páginas de nossa Revista. O resultado é uma publicação diferente da que você estava acostumado; muito mais gostosa de ler. Infelizmente, não podemos fazer uma mudança completa e confeccionar a Revista em papel reciclado, como anseiam muitos de nossos leitores. O motivo é o custo dobrado de impressão.

Nas novas páginas, você vai poder conferir alguns dos planos e intervenções no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte que, infelizmente, estão desarticulados até mesmo no papel (p. 5). A proposta de expansão da cultura de eucalipto no estado também revela um descompasso entre produção e consumo. E como isso pode afetar o meio ambiente? (p. 8).

De cenário a “retrato” de uma situação: a natureza como coadjuvante e até um dos personagens principais na literatura brasileira (p. 16). Corte e costura que nada! As mulheres de Taquaraçu aprendem ofício pouco feminino e ajudam a construir um sonho da comunidade (p. 10).

Como se revitaliza um rio? A empreitada não é nada fácil e cada caso é único. Tecnologia há, é preciso recursos e muita, mas muita vontade política (p. 11). Vontade que também pode se traduzir em políticas de gestão ambiental mais eficientes. É o que acreditam os entrevistados Mauro da Costa Val e Maria Dalce Ricas (p. 18). Boa leitura e opine sobre as mudanças no projeto gráfico no e-mail jornal@manuelzao.ufmg.br.



FOTO: MARCELO CASAL BR./ABR

“É uma tese sem conteúdo.”

ROBERTO MANGABEIRA UNGER,
MINISTRO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS,
SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**“É caro recuperar um rio?
E o dinheiro que foi ganho
destruindo ele?”**

APOLU HERINGER LISBOA,
COORDENADOR DO PROJETO MANUELZÃO,
EM SOLENIDADE NO DIA MUNDIAL DO
MEIO AMBIENTE, EM SANTA LUZIA

**“Tremei,
poluidores,
tremei.”**

CARLOS MINC, NOVO MINISTRO DO
MEIO AMBIENTE, “GARANTINDO” QUE VAI PUNIR
QUEM COMETER CRIMES AMBIENTAIS

**“Vou falar uma heresia
para quem é radical na
questão ambiental: não
existe a possibilidade, pelo
menos no nosso horizonte
de planejamento, de
desmatamento zero”.**

LUIZ CARLOS VALE, DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO IEF EM ENTREVISTA
SOBRE A EXPANSÃO DO EUCALIPTO
PARA O PROJETO MANUELZÃO

Campanha para presidente do mundo

Se eleita, eu prometo
Do alto deste coreto:
Rio bem limpo
Pra mergulhar
Ar sem fumaça
Pra respirar
Floresta com sombra pra passear. (...)
Se eleita, eu prometo
Em verso, prosa e soneto:
um planeta inteligente
Bom pra todos, bicho e gente
Um mundo legal de herança
Pro futuro de cada criança. (...)

Escola Estadual Carlindo Caetano Pinto, de Antônio dos Santos, distrito de Caeté, 19 de maio de 2008

Rio das Velhas

Peço socorro a vocês
Não me deixe morrer
Tão puras eram minhas águas
Hoje não têm por onde correr (...)
Meus peixes não têm oxigênio
Por causa da poluição
Meu leito não tem árvores
Para minha respiração (...)
Sou o Rio das Velhas
Para você que não me conhece
Peço um pouco do seu amor
Estou morrendo, e isso me entristece.

Carlos Roberto P. Santos,
morador de Nova Lima, por e-mail

Erramos

A numeração correta da edição anterior é 45 e não 44, como foi na capa.

Na página 3, da edição 45, o título correto do poema é “Encontrarei o meu mundo”.

Na página 18, da edição 45, na matéria “Não contém canalização”, as fotos referem-se ao Programa de Recuperação das Matas Ciliares da bacia do Rio das Velhas, desenvolvido pelo Departamento de Botânica do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, em parceria com o Projeto Manuelzão. Elas foram usadas de maneira ilustrativa e não possuem relação com as informações do texto publicado.

Diferente do que aparece na página 22, da edição 45, na nota “Verde no Taquaraçu”, não há lagoas na microbacia do ribeirão Taquaraçu.



O Projeto Manuelzão recebe cartas, músicas, poesias e mensagens eletrônicas de vários colaboradores. Nesta coluna, você confere trechos de algumas dessas correspondências. Envie também sua contribuição. Participe da nossa revista! jornal@manuelzao.ufmg.br

Sobre árvores e homens...

O MAIOR DESAFIO NÃO É PLANTAR E
SIM MANTER AS ÁREAS JÁ PLANTADAS

ISABELLA PARREIRA BITTENCOURT

Eng. Agrônoma do Projeto Manuelzão, especialista em Gestão Ambiental
Coordena o programa de Educação Ambiental do Projeto de Recuperação das Matas Ciliares na Bacia do Rio das Velhas

Desde 2006, o Projeto de Recuperação das Matas Ciliares na Bacia do Rio das Velhas estuda e desenvolve modelos para recuperar as áreas de proteção permanente (APPs). Ele é resultado de uma parceria entre o Núcleo de Pesquisas em Botânica do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), da Universidade Federal de Minas Gerais, e o NuVelhas (Núcleo Transdisciplinar e Transinstitucional pela Revitalização da bacia do Rio das Velhas).

Coordenado pela professora Maria Rita Scotti Muzzi, do Departamento de Botânica do ICB, o projeto já conseguiu recuperar várias áreas no trecho da Bacia que vai de Ouro Preto a Jaboticatubas. São aproximadamente 25 hectares de terra degradados devido, principalmente, ao mau uso do solo. Os modelos, definidos com a participação dos proprietários, viabilizaram uma parceria importante para a continuidade e sustentabilidade da proposta do projeto. Utilizando as ferramentas que os sistemas agroflorestais oferecem, como o plantio consorciado, o uso de espaçamento maior e a construção de corredores para o gado beber água, desenvolvemos os modelos. Hoje, boa parte destas áreas já fizeram um ano de vida e podemos notar a volta dos passarinhos, as águas voltando às nascentes, lagoas renascendo e aquela brisa gostosa, que só debaixo da sombra das árvores podemos sentir.

Porém nem tudo são flores, ou melhor, árvores: hoje o maior desafio do Projeto não é plantar e sim manter as áreas já plantadas. As áreas públicas, que na verdade são de todos, precisam urgentemente de ajuda, pois a maioria das prefeituras, que deveriam cumprir com este papel de guardiãs, não possuem infraestrutura adequada. Muitas destas áreas estão sem proteção, sendo alvo de animais, do fogo e mesmo de pessoas que teimam em cortá-las, apesar de serem donas também...

As árvores da nossa região precisam de mais ou menos três anos, após seu plantio, para conseguirem alcançar um tamanho suficiente para resistir aos animais, à falta de água e de capina no seu entorno. A cerca, durante este tempo, é a forma de proteção mais eficiente e, em alguns casos, deve ser especial para que a proteção seja realmente efetiva como no casos das capivaras, tão presentes nas margens do Rio das Velhas e seus afluen-

tes. Em algumas áreas, tivemos as cercas roubadas tanto arame quanto mourões levados. Em outras, até cocho para água tivemos que retirar, pois a área estava sendo usada com pasto particular.

A irrigação das mudas durante os períodos de estiagem também é fundamental para que não haja perda nesta fase de crescimento. Junto com a irrigação, a capina rala na área de plantio e o coroamento (capina no entorno da muda) evitam que as plantas invasoras e ervas daninhas abafem as mudas, matando-as. Muitas vezes, a falta de manutenção da prefeitura resultou em perda com o mato tomando toda a área de plantio.

O acero no entorno da área também é um importante aliado na prevenção da perda dos plantios e das cercas pelo fogo. E o pior é, que em qualquer uma dessas ações, a ação da Polícia Ambiental só pode acontecer se o responsável pelo ato criminoso venha a ser identificado, o que é quase impossível.

Quanto às áreas particulares, a maior ajuda deve ser a de desativar as atividades que causam a degradação, evitando que a mesma se alastre. Nas áreas já plantadas, as ações são as mesmas das áreas públicas, porém com a facilidade do reconhecimento por parte do dono de sua responsabilidade e interesse no sucesso do plantio.

Portanto, você que mora perto de uma das áreas de plantio do Projeto, ou mesmo de áreas de plantio de outras iniciativas, como as da prefeitura e IEF, está convidado a nos ajudar, já que as áreas públicas são da comunidade, de todos. E você que, é proprietário de uma dessas áreas, saiba que contamos com você como guardião e multiplicador deste movimento que busca recuperar nossas matas, nossa água, nossa qualidade de vida!

Contamos com todos nesta nossa caminhada e convidamos a comunidade a participar do Projeto ajudando a avisar aos donos de animais que estas são áreas especiais. Avisando às prefeituras que já está na hora de capinar e coroar, ajudando na irrigação das mudas, seja fazendo a molhagem ou mesmo chamando a prefeitura; pedindo as crianças que não entrem nas áreas para que as mudas não sejam quebradas. Mais tarde, quando as árvores estiverem fortes e saudáveis, as cercas poderão ser retiradas e as áreas se tornarão bosques cheios de vida. ♦

Ainda no papel

AÇÕES QUE VISAM CUIDADO INTEGRADO PARA O VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BH JÁ SÃO PREVISTAS POR LEI. FALTA GANHAREM CORPO

SÂMIA BECHELANE
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Municípios ao norte de Belo Horizonte. Até ano passado, as definições do que fosse o Vektor Norte paravam por aí. A partir da publicação do decreto 44.500, de 2007, o Vektor Norte passou a ser o conjunto dos municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, São José da Lapa, Confins e Jaboticatubas. No entanto, a complexidade do Vektor Norte vai além. Grande parte da sub-bacia do Ribeirão da Mata, assim como municípios da região Cárstica de Lagoa Santa, integram o Vektor legal. Para completar, estudos e planejamentos para essa região vêm sendo anunciados, mas nada está pronto.

O Vektor Norte é, em termos de desenvolvimento econômico, a “menina dos olhos” do governo estadual. Para a coordenadora de Meio Ambiente e de Articulação Institucional do Novo Centro Administrativo de Minas Gerais, Patrícia Lima, “o governo tem um plano de investimento naquela área, realmente deslocar o eixo de crescimento da região metropolitana para lá”. Mas um pleno desenvolvimento só se dá em harmonia com as peculiaridades da região.

A princípio, essa questão deveria ser contemplada pelo licenciamento ambiental para as obras na região, que em Minas Gerais é concedido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Semad). Entretanto, o licenciamento ainda carece de uma lógica que enxergue a região do Vektor Norte como um todo. “O foco tem sido pontual, que é o potencial poluidor e o tamanho do empreendimento”, avalia o sub-secretário de Gestão Integrada da Semad, Ilmar Bastos. Ele conta que, geralmente, o licenciamento de obras em uma mesma região, como o Vektor Norte, são analisadas por equipes diferentes. “O que nós temos que mudar é pôr a variável espacial, do planejamento territorial”, afirma.

AÇÕES DISPERSAS, NECESSIDADE ÚNICA

Semelhante a um Plano Diretor, as Leis Complementares Estaduais 88 e 89, de 2006, prevêem um Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A Lei também prevê a criação da Agência Metropolitana para a elaboração desse Plano; porém, sua formação depende da aprovação dos deputados estaduais. Ainda segundo a Lei, esse Plano será

uma das ferramentas do planejamento metropolitano.

Em maio deste ano, a Semad e a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru) realizaram uma fiscalização no Vektor Norte e, dos 23 loteamentos visitados, 11 estavam irregulares. A sub-secretária de Desenvolvimento Metropolitano da Sedru, Maria Madalena Franco, explica que o Plano Integrado vai estabelecer diretrizes para o uso e a ocupação do solo da RMBH, o que pode contribuir para a diminuição da irregularidade. No entanto, “as diretrizes metropolitanas não podem nem devem substituir disposições legais de caráter municipal”, alerta.

Mesmo com o anúncio de dispositivos legais de planejamento integrado para a RMBH e, por consequência, do Vektor Norte, o movimento ambientalista mineiro já vinha exigindo medidas mais urgentes. Empreendimentos de grande porte para o Vektor Norte também acentuaram essa necessidade. Nesse contexto é que o governo estadual instituiu o Decreto 44.500, que vem na tentativa de subsidiar questões referentes à RMBH como um todo, elegendo o Vektor Norte como prioridade.

Três meses depois, o Decreto 44.500, ou Plano de Governança Ambiental e Urbanística da Região Metropolitana de Belo Horizonte, teve suas ações detalhadas. Dentre elas, são esperadas a implantação dos Parques Serra Verde e Sumidouro, a montagem de um sistema de fiscalização específico para o Vektor Norte e a proteção do Complexo da Área de Proteção Ambiental Carste. ♦

Licenciamento ambiental

De acordo com a lei federal 6.938, de 1981, o órgão ambiental competente deve licenciar a implantação, ampliação e operação de empreendimentos potencialmente poluidores. A licença é dividida em 3 etapas: licença prévia (LP), na fase preliminar. Com os requisitos a serem atendidos em relação aos impactos ambientais, orientando a criação do Projeto Executivo. Já a Licença de Implantação (LI), na aprovação do Projeto Executivo, autoriza o início das obras. A Licença de Operação (LO), por sua vez, permite o funcionamento da obra.

Cinco em uma

Centro Administrativo de Minas Gerais, Aterro Sanitário de Ribeirão das Neves, Centro Industrial de Atividades Ambientais, Anel Viário de Contorno Norte da RMBH e obras de ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, junto com o Aeroporto Industrial. Empreendimentos de naturezas diferentes, mas que guardam em comum um elemento geográfico: todos estão sendo ou serão construídos no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Veja detalhes de cada uma dessas obras.



FOTO: ARQUIVO EGESA

Projeção do futuro aterro sanitário de Ribeirão das Neves. Obras ainda aguardam o licenciamento ambiental da Semad para começar

Aterro Sanitário de Ribeirão das Neves

Localização: noroeste do município de Ribeirão das Neves, ao fundo do bairro Vale das Acácias.

Área total: o terreno: 2.000.000 m²; área para a disposição do lixo: 220.000 m².

Executor: EGESA Engenharia, responsável pelo gerenciamento do lixo na cidade.

Justificativa para a construção: Assinatura, pelo município de Ribeirão das Neves em 2006, do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), procedimento estadual que obriga o acordante a minimizar impactos ambientais na área de disposição final de lixo. Segundo o engenheiro da EGESA responsável pela obra, Guilherme Campos, o aterro controlado da cidade, ainda utilizado, está em vias de se exaurir.

Situação: aguardando a LP, desde a submissão do projeto, em julho de 2007.

Capacidade prevista: 2.500.000 m³ de lixo compactado

Vida útil: superior a 20 anos

Alguns impactos: deterioração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e da qualidade do ar, perda da qualidade e contaminação do solo, aumento da demanda por transporte público.

Condicionantes: só serão determinadas após a concessão da LP.

Previsão de início de operação: indefinido.

Centro Administrativo de Minas Gerais

Localização: Antiga sede do hipódromo Serra Verde, na divisa dos municípios de Belo Horizonte, Vespasiano e Santa Luzia.

Área total: 804 mil m²

Executor: Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig).

Justificativa para a construção: para a coordenadora de Meio Ambiente e de Articulação Institucional do Centro, Patrícia Lima, este incentivará o desenvolvimento sócio-econômico do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Situação: LP e LI concedidas, respectivamente, em julho/2007 e dezembro/2007. Obras em andamento.

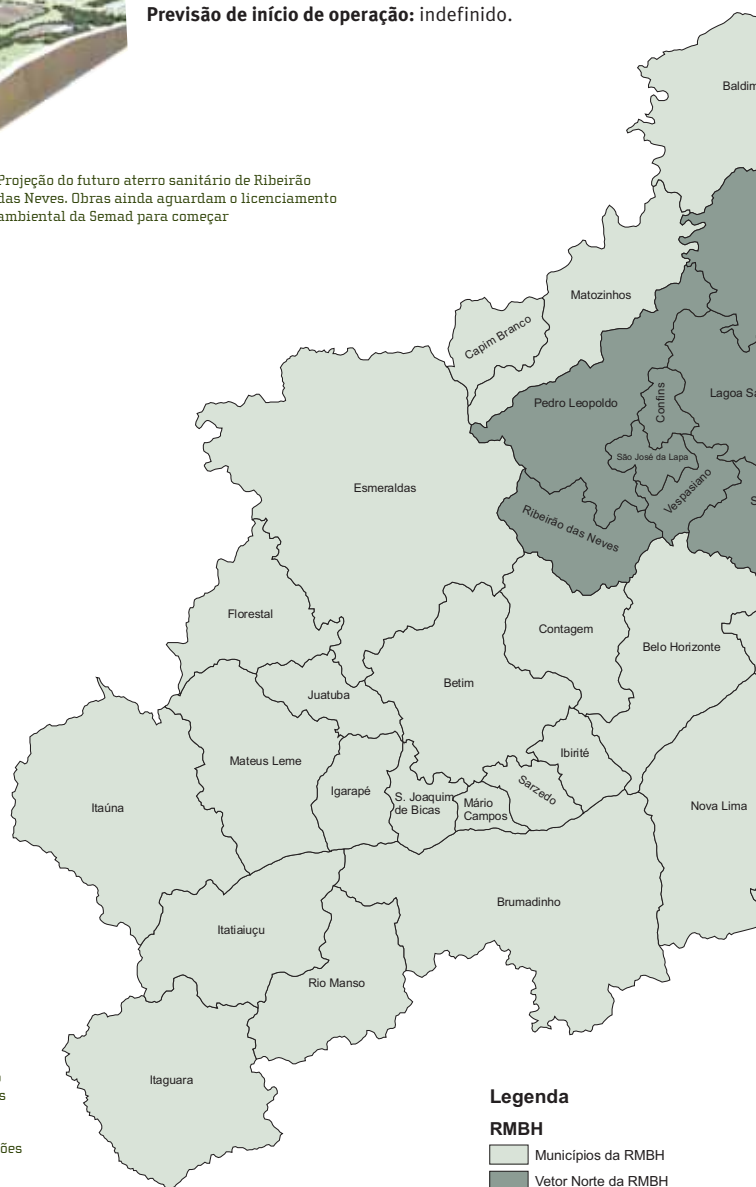
Alguns impactos: desalojamento de famílias, pressão para aglomerações e favelamento, perda de ambientes vegetados, intervenção nos recursos hídricos, piora da qualidade do ar.

Algunas condicionantes: projeto de reflorestamento com o plantio de espécies nativas equivalente a no mínimo duas vezes a área de intervenção, investimento em unidades de conservação, monitoramento da qualidade das águas.

Previsão de início de operação: dezembro de 2009.



Projeção do novo Centro Administrativo de Minas Gerais. O complexo vai abrigar secretarias e órgãos das administrações diretas e indiretas do estado



Legenda

RMBH

- Municípios da RMBH
- Vetor Norte da RMBH

Aterro de resíduos industriais em Tremembé, São Paulo, também do Grupo Veolia. Segundo o consultor da YKS, Marco Antônio Fernandez, o aterro a ser construído em Neves terá funcionamento semelhante



ARQUIVO VEOLIA

construção: O consultor da YKS, Marco Antônio Fernandez, que presta consultoria para a Veolia, alega que a obra pretende oferecer ao estado uma empresa especializada no tratamento de resíduos industriais classe I (alta-periculosidade) e II

Centro industrial de atividades ambientais

Localização: área interna da penitenciária José Maria Alkimin, em Ribeirão das Neves.

Área total: 1.270.000 m², adquiridos da Codemig.

Executor: Veolia Sistema de Gerenciamento de Resíduos, braço mineiro da francesa Veolia.

Justificativa para a

(característica dos domésticos). Os primeiros não teriam disposição final no aterro, sendo enviados para outras unidades licenciadas. “O mercado do lixo está absolutamente em expansão”, diz.

Situação: LP e LI concedidas, respectivamente, em agosto de 2007 e maio de 2008. Para tratar lixo de outros municípios, o aterro necessita também da autorização da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves.

Capacidade prevista: 30.000.000 m³ de lixo.

Vida útil: cerca de 50 anos.

Alguns impactos: supressão da cobertura vegetal, alteração da qualidade do solo, do ar e da qualidade das águas subterrâneas e superficiais.

Previsão de início de operação: indefinido.

Anel Viário de Contorno Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Rodoanel)

Localização: o traçado do Anel compreenderá os municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Vespasiano, Santa Luzia e Sabará.

Extensão total: 64,34 quilômetros, com início e término na BR-381, a Fernão Dias.

Executor: Departamento Nacional de Infra-Estrutura (DNIT).

Justificativa para a construção: segundo a analista de infra-estrutura do DNIT, Caroline Oliveira, o Anel foi pensado para se retirar o transporte de cargas a longa distância de dentro de Belo Horizonte. O Anel Rodoviário que existe hoje na capital tornou-se uma via urbana normal, em que trafegam, inclusive, automóveis de passeio.

Situação: LP concedida em março de 2007, após três anos de trâmite na Fundação Estadual de Meio Ambiente. Caroline alega que, além do grande número de condicionantes exigidas pelo órgão, elas possuem elevado grau de exigência. Até o fechamento da edição, ainda não se publicou o edital para contratação do Projeto Executivo, necessário para se requerer a LI.

Alguns impactos: degradação da zona cárstica de Lagoa Santa, especulação imobiliária, pressão sobre o uso do solo, desapropriação de famílias em grande escala devido ao elevado grau de antropização da área.

Algumas condicionantes: elaboração de um Sistema de Áreas Protegidas, SAP, até setembro de 2010, elaboração de estudos sobre o potencial de contaminação de lençóis subterrâneos e de programas de reassentamento.

Previsão de início de operação: indefinido.



Previsão de traçado do novo Anel Viário

ARQUIVO DNIT



Vista aérea do Aeroporto Internacional Tancredo Neves

Ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves / Aeroporto Indústria

Localização: município de Confins

Executor: a ampliação está a cargo da Infraero, Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, por meio de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). O Aeroporto Indústria, que consiste na instalação de empresas no terreno do aeroporto, é uma parceria do governo estadual com a Infraero. São obras paralelas; no entanto a ampliação do aeroporto pode vir a favorecer o Aeroporto Indústria.

Justificativa para a construção: segundo o superintendente do Aeroporto, Adair Moreira, “o aeroporto é um pólo de desenvolvimento regional”. As obras de ampliação (ampliação

do estacionamento, implantação de um muro e reforma do terminal de cargas, dentre outros) se devem a um crescente aumento do número de passageiros, hoje na casa dos 5 milhões/ano. Já o Aeroporto Indústria incentivaria o desenvolvimento da região: as indústrias instaladas ali podem utilizar diretamente o aeroporto para escoamento de produtos, o que geraria ganho em atividade portuária à Infraero.

Situação: obras a curto, médio e longo prazo. Algumas ainda nem foram licenciadas, enquanto algumas já têm LO e outras precisam somente de uma autorização do órgão ambiental.

Alguns impactos: geração de resíduos, instalação de um incinerador de lixo, com risco de poluição do ar.

Previsão de início de operação: as obras têm diferentes prazos de conclusão.



FOTO: WAGNER SOARES

Dinheiro dá em árvore? Se for eucalipto...

GOVERNO DO ESTADO E PRODUTORES QUEREM EXPANDIR A MONOCULTURA DA ESPÉCIE EM MINAS. IMPACTOS AMBIENTAIS AINDA SÃO INCERTOS

Segundo pesquisadores, o ideal seria que o plantio fosse feito em áreas menores e com espaçamento entre elas. Para os produtores, as áreas contínuas reduzem custos



FOTO: CLAUDIO GUERBA

FILIPE MOTTA E TAÍS AHOUAGI
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Falar sobre eucalipto muitas vezes se tornou sinônimo de falar de agressão ambiental. E dinheiro. Em seu plantio, desmatou-se a mata nativa. Não bastasse, também fez-se uso sistemático de fogo, óbvio fator de degradação. E a espécie ainda ganhou fama de secar a água da área onde estivesse. Apesar das muitas ressalvas que envolvem a questão, a cultura do eucalipto não chegou ao Brasil no início do século passado como um problema. Veio como alternativa à exploração da mata nativa, para produzir o carvão que abastece a siderurgia.

Em 2007, o plantio no país chegou a 3,7 milhões de hectares, segundo dados da Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas. A produção bruta foi de R\$ 49,8 bilhões. É a maior do mundo. E Minas Gerais puxa a fila. Só no estado, são 1,2 milhões de hectares plantados. A cadeia produtiva vai muito além do cultivo: sobre essa produção se estrutura o mercado de celulose, madeira e carvão, sem contar a já citada siderurgia. Mas isso ainda parece pouco para o que pede o mercado.

O lobby do setor siderúrgico e dos produtores, motivado pelo déficit crescente da produção do carvão vegetal, resultou num plano de expansão assumido pelo

governo do estado no final de 2007. De acordo com o chamado “Pacto da Sustentabilidade”, apresentado pela Associação Mineira de Silvicultura (AMS) e pelo Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais (Sindifer), a área plantada deve mais que triplicar nos próximos 10 anos, alcançando 3,8 milhões de hectares. As regiões que tendem a absorver a maior parte dessa expansão são os vales do Jequitinhonha e do Rio Doce e, na região central, ao redor do pólo siderúrgico de Sete Lagoas, que possui uma demanda significativa de carvão vegetal.

PARA INVESTIDOR VIR

Uma das principais metas dessa política é a criação de uma legislação específica para a atividade que atenda, principalmente, aos aspectos ambientais e econômicos. “O setor está muito regulamentado por decreto, portaria, deliberação normativa. O investidor não vai vir se não tiver segurança jurídica de uma lei”, argumenta o diretor da AMS, Bernardo Vasconcellos. Segundo a proposta, a nova legislação facilitará o processo de licenciamento de plantio em áreas de pastagens, que eles nomeiam degradadas (ver box). Ainda segundo o diretor

da AMS, com as medidas, a iniciativa privada pretende investir R\$ 15 bilhões no setor em 10 anos.

Hoje, a expansão no estado é de mais de 180 mil hectares por ano, segundo Bernardo Vasconcellos. “Precisaríamos dobrar”, diz. De acordo com ele, o crescimento será gradativo. 70% da expansão ficará a cargo dos grandes produtores e 30% dos pequenos. Ainda assim, o secretário estadual adjunto de Agricultura, Paulo Romano, afirma que “o governo não tem nenhum programa de estímulo aos maciços”.

“O problema da monocultura é esse, trabalha com grandes áreas. O negócio é a produtividade, maximizar lucro e reduzir custos”, critica o consultor ambiental Cláudio Guerra. Há várias controvérsias, mas hoje admite-se que, apesar dos impactos ambientais existirem, podem ser controlados. Os pesquisadores apontam como essencial a manutenção de corredores de mata nativa que entrecortem as áreas de monocultura, além de um planejamento do plantio.

Uma forma de controle do eucalipto é o zoneamento, um estudo de impactos que leva em conta entre outros aspectos, o relevo, a hidrografia e o tipo de solo. Em Minas, existe o Zoneamento Ecológico Econômico, que se refere à atividade agropastoril em geral. “Não é um mecanismo feito para proibir, mas para indicar as vulnerabilidades e as potencialidades”, diz o diretor de Desenvolvimento Florestal do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Luiz Vale. Ele só influencia os grandes cultivos (a partir de 800 hectares), que são passíveis de licenciamento.

Na raiz da questão

“O eucalipto cresce aquele tanto em seis anos porque tem boa alimentação, igual a um adolescente que ataca a geladeira. Pega tudo o que tem. Não é maldito por causa da água, mas não é santo”, compara Cláudio, sobre a má fama da espécie. Para o professor de Ciências Florestais da Universidade de São Paulo, Walter Lima, “a gente deve abordar a questão da água com relação ao chamado balanço hídrico da micro bacia hidrográfica”. Segundo ele, os efeitos hidrológicos das plantações florestais são mais perceptíveis em pequena escala. “Essa expansão, por exemplo, não vai secar o Rio das Velhas, mas inúmeras micro bacias podem sentir esse efeito”, alerta.

Os problemas não acabam na disponibilidade de água. Os agrotóxicos são outro risco, mas de contaminação. “O controle de agrotóxico, apesar de uma legislação nova, ainda tem um uso abusivo, inadequado”, conta Luiz Vale. Os produtos que foram utilizados há até 30 anos ainda hoje permanecem no solo.

APESAR DOS PESARES

As grandes empresas têm buscado se redimir do passado degradante. Queimadas no preparo do solo e ocu-

Degrada no bolso



FOTO: CLÁUDIO GUERRA

A proposta do governo, segundo Paulo Romano, dá prioridade ao plantio em áreas degradadas. Pelo que conta Bernardo Vasconcellos, porém, o entendimento de degradado utilizado diz respeito principalmente às áreas de pastagem. O professor de Ciências Florestais da Universidade Federal de Santa Maria, Mauro Schumacher, explica que, dependendo da degradação, é preciso fazer correções do solo antes do plantio, o que o torna inviável economicamente. “Importa em alguns casos é a distância entre a empresa e a floresta”, diz o economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Marcos Vital, sobre o que pesa no custo da produção. De acordo com estimativas dos especialistas, o limite para que a atividade seja rentável é entre 50 e 100 km. Ainda assim, com relação ao carvão, devido ao déficit produtivo existente, algumas empresas chegam a comprá-lo de outros estados e até do Paraguai. Mas, quase sempre, carvão fruto de desmatamento.

pação de margens de rios, por exemplo, que até há 15 anos eram corriqueiras, dificilmente são adotadas por elas. “Mudaram porque é interessante do ponto de vista da imagem, de responsabilidade social. E tiveram muito menos problemas com os órgãos de fiscalização”, afirma o consultor Cláudio Guerra. Além disso, descobriram que não queimar os resíduos florestais, de maneira a manter o carbono do solo, manter sua permeabilidade e reduzir a propensão à erosão é cuidar do próprio investimento.

A favor do eucalipto, os pesquisadores ressaltam que ele causa menos impacto no ecossistema do que outros cultivos e, principalmente, do que áreas de pastagem. “O que acontece é que, em monoculturas como milho e soja, o período de cultivo é curto, geralmente com coincidência da época chuvosa, então os impactos são menos percebidos”, explica o professor de Solos da Universidade Federal de Viçosa, Nairam de Barros. Além disso, “o uso dos fertilizantes na área florestal é bem menos intenso que nas culturas agrícolas, portanto, com bem menos riscos de contaminação do lençol freático e mananciais”, completa. ♦

Gostou? Nós que fizemos

EM TAQUARAÇU DE MINAS, COMUNIDADE BUSCA PARCERIAS
E CONSTRÓI CENTRO COMUNITÁRIO

ENNIO SILVA, SAMUEL ANDRADE E TAÍS AHOUAGI
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Um carreteiro todo dia passava pela obra e ficava olhando, curioso. Até que resolveu parar e conversar com o pessoal. “Ele veio perguntar que obra era essa, que só tinha mulher trabalhando”, conta Juliana Silva, uma das operárias. É o Centro Sócio-ambiental Novo Horizonte, em Taquaraçu de Minas. O Centro não está sendo construído apenas por mulheres, só que a ala masculina acaba passando despercebida em meio às moças. No início, há cerca de quatro meses, havia mais gente envolvida, mas, das 20 pessoas que deram continuidade, apenas duas são homens.

Juliana e suas colegas explicam que os homens saíam para trabalhar fora enquanto as mulheres ficavam em casa. Em vez disso, elas resolveram colocar a mão na massa, literalmente. “No início era difícil demais, pegar cimento, virar massa, é muito pesado. Acabei com meus dedos! Mas depois a gente acostuma e vai gostando”, diz ela sobre as dificuldades de um trabalho que é tradicionalmente masculino.

As peculiaridades da obra vão além da troca de papéis. A gestora ambiental e integrante do Subcomitê da Bacia do Rio Taquaraçu, Derza Nogueira, conta que, depois de procurar por apoio aqui e ali, uma empresa da região e a própria prefeitura chegaram a se oferecer para

construir o Centro e entregá-lo para a comunidade. As propostas foram recusadas. Derza explica que o mais importante era que ele fosse construído pelos próprios moradores, pois assim ele lhes pertenceria realmente. O que precisavam era de verba para organização e material para construir. Precisavam também de instrução, já que aprenderiam o ofício ao longo do processo. “Chegaram a dizer que a gente era doido, que não ia conseguir nunca fazer isso”, lembra Laudiene, moradora do bairro Novo Horizonte que ajudou a levantar a obra, mesmo limitada pelas restrições que uma cadeira de rodas lhe impõe.

A obra foi dividida em três módulos, de acordo com o tempo em que os recursos eram angariados. Os instrutores foram contratados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e pelo Instituto Iara Tupynambá. Os materiais foram cedidos pela EBQ, empresa que explora quartzito no município. O Projeto Manuelzão, a Prefeitura e o Subcomitê também participaram da parceria. O diretor de produção da EBQ, Gilson Miranda, explica que para a empresa é interessante fazer esse investimento, pois está qualificando mão-de-obra local.

A construção do centro era um desejo antigo, mas entre a vontade e a realização já se passaram quatro anos. Ainda faltam o telhado, o acabamento e o jardim, que serão concluídos na última etapa, já em andamento. Ele será a sede da associação de moradores que também está sendo formada. Ainda não está decidido como o espaço será administrado. A idéia, por enquanto, é que seja um lugar de encontro da comunidade para discussão de problemas do bairro (que são vários), realização de cursos de capacitação, produção e venda do artesanato que é feito pelas moradoras e até atendimento médico periódico.

“O Centro representa uma conquista importante, mas ainda há muito a ser feito, principalmente com relação ao esgoto, que hoje corre a céu aberto no bairro”, afirma o mobilizador do Projeto Manuelzão, Saulo Álvares. Entre essas demandas, ele aponta a construção de uma rede de esgoto e estação de tratamento, a recuperação de áreas desmatadas, a urbanização de ruas. Enfim, ações que venham transformar o que hoje é uma ocupação precária em um bairro de verdade. ●

Os moradores de Taquaraçu construíram não só um centro comunitário, mas também perspectiva de uma profissão



FOTO: TAÍS AHOUAGI

Morte e vida severina

A COMPLEXA TAREFA DE TENTAR REVITALIZAR RIOS

JULIANA AFONSO E MARIANA GARCIA
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Meios diferentes para chegar a um mesmo fim: transformar a realidade de um rio. Para algo tão diverso, um termo igualmente múltiplo. Revitalização, ou melhor, revitalizações. “Começamos com a questão do que interfere no rio: a quantidade da água, a qualidade das águas, das margens, da mata ciliar, a planície de inundação. A revitalização implica pensar em tudo isso”, explica o professor da área de Recursos Hídricos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), José Rodolfo Martins. Um curso d’água deve ser entendido como resposta a um conjunto de características de sua bacia hidrográfica. Se a bacia mudou, o rio também.

O biólogo da Universidade Federal de Lavras e parceiro do Projeto Manuelzão, Paulo Pompeu, acredita que no Brasil cada um tem uma idéia diferente de revitalização pois as discussões sobre o assunto ainda são muito recentes. Em alguns países, essa idéia já não é novidade. A revitalização do rio Tâmesa, na Inglaterra, por exemplo, começou a ser discutida já no final do século XIX. Nessa mesma época, o Brasil acabava de abolir o trabalho escravo. Hoje, já é possível nadar e pescar no Tâmesa até mesmo no trecho que passa pela capital inglesa, Londres.

O que é revitalizar?

“Quando penso na revitalização de um rio, penso em dois componentes: o primeiro é melhorar a qualidade da água e o segundo é melhorar a estrutura física [desassorear o leito, promover a volta da diversidade de habitats, da mata ciliar...]”, afirma Paulo Pompeu. Para ele, revitalizar implica em fazer com que o rio volte a ter características próximas às originais do ponto de vista ecológico. Mas faz uma ressalva: nem sempre isso é possível. “Se tenta fazer com que fique mais próximo, mas nunca igual. Até porque, na maioria dos casos, a gente não sabia como ele era”, diz o pesquisador.

O professor do Departamento de Engenharia Hidráulica da UFMG, Márcio Baptista, tem uma visão semelhante. Segundo ele, revitalização é a recuperação das funções ambientais, hidrológicas, sociais, paisagísticas de um curso d’água de uma forma global. Ele cita o ribeirão Arrudas, afluente do Rio das Velhas, como exemplo em que a revitalização, nesses aspectos, nem sempre é factível. “Para voltar à condição original, teria que tirar a cidade de Belo Horizonte da bacia do Arrudas. Tenho que pensar a melhor alternativa tendo em vista que a bacia já foi alterada”, acredita ele. Isso não significa que um curso d’água como o Arrudas não precise ser revitalizado, mas, no atual contexto brasileiro, essa missão se torna difícil.

Os vários elementos que compõem a bacia, como a estrutura física do rio, ocupação do solo e matas ciliares, podem e devem ser vistos também como objetos de revitalização. É preciso fazer com que o rio tenha um ambiente físico variado que possibilite a vida, e não basta ter água livre de esgoto para que isso aconteça. Em um canal de concreto, por exemplo, não vai haver peixes.

Mas tecnologia talvez seja o menor dos problemas. “O difícil é tomar a decisão política de revitalizar”, diz o professor da UFMG, Márcio Baptista. O conceito de revitalização passa também pela noção de bacia hidrográfica. Embora haja avanços na compreensão desse tratamento, o limite municipal ainda é a lógica que prevalece. Mas ações que visam revitalizar geralmente vão além do território do município e até mesmo da bacia. Passam também pela compreensão da sociedade acerca da importância de seu papel como um agente fundamental à recuperação do rio.

ÁGUAS URBANÓIDES

Fora das cidades, os rios sofrem principalmente com o assoreamento, causado pelas práticas agrícolas. Já os

que atravessam grandes centros urbanos, apresentam outras peculiaridades. “Hoje o grande inimigo dos rios é a cidade”, afirma José Rodolfo Martins. Um primeiro problema seria a qualidade da água. Quantidades excessivas de esgoto e lixo são despejadas diariamente nos rios. Mas nem sempre construir interceptores e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e coletar o lixo são a solução, já que, muitas vezes, a origem desses poluentes sequer é conhecida.

Pelo fato das cidades terem poucas superfícies permeáveis, a maior parte da água não infiltra no solo, enchendo os rios e provocando sua deterioração. Outro sintoma agudo da urbanização diz respeito à densa ocupação das cidades. Segundo Márcio Baptista, qualquer intervenção tem implicações significativas na vida das pessoas que moram, circulam e trabalham próximas a um rio. “O que precisa ser feito? Tem que ter uma política desse uso do solo que minimize ou vá anulando progressivamente os impactos”, afirma José Rodolfo Martins.

HISTÓRIA SEM FIM

Ações de saneamento. Recuperar as matas ciliares. Planejar o uso do solo. Desassorear o curso d’água. Definir as tecnologias. Mobilizar a população. Articular políticas. Obter recursos. Reunir esses e tantos outros elementos necessários a uma revitalização pode parecer até utópico. Fato é que esse processo demora, supera mandatos políticos, mudanças socioeconômicas e científicas. A revitalização do rio Tâmis, por exemplo, durou mais de um século. Revitalização é um processo; quando ela acaba fica a necessidade de conservar o que foi feito.

A Meta 2010, por exemplo, estipulou tal ano como um marco para navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas em sua passagem pela Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Mas a secretária-executiva da Meta 2010, Myriam Mousinho, afirma que “o rio vai mudar a cara em 2010. Isso não significa que a revitalização termine em 2010”.

O professor de Ecologia do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG e parceiro do Projeto Manuelzão, Marcos Callisto, acredita que será necessário ir além de 2010. “A Meta é uma primeira etapa. Algumas coisas vão estar melhores. As articulações já vão ter acontecido, o envolvimento dos vários atores já vai estar em prática”, diz. ●

Água nova para o Velhas

A revitalização do Rio das Velhas apresenta uma história peculiar. “Normalmente, os grupos das universidades fazem a pesquisa científica para depois tentar chegar à sociedade. Na bacia do Rio das Velhas foi o inverso: a sociedade foi articulada e por último é que começaram as pesquisas científicas”, conta o professor de Ecologia do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG e parceiro do Projeto Manuelzão, Marcos Callisto. Segundo o biólogo Paulo Pompeu, o que está sendo feito no Rio das Velhas é inédito no Brasil. Hoje, sociedade civil, poder público e setor privado estão juntos na Meta 2010, que em 2004 passou a ser um projeto estruturador do governo de Minas Gerais.

O Rio das Velhas é o maior afluente em extensão do rio São Francisco e terceiro rio mais poluído do Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As dificuldades enfrentadas para revitalizá-lo são muitas. Quando ele passa pela RMBH, porém, elas se agravam. “A bacia

do Rio das Velhas é a que apresenta o pior índice [em Minas] de qualidade das águas”, afirma Myriam. O cenário poderia ser pior; só não é porque seu poder de depuração é bom e ainda existem afluentes em boas condições.

A questão do saneamento é a que vem recebendo maior atenção. Nesse quesito, Myriam Mousinho acredita que ainda há muito a se fazer, como, por exemplo, a aceleração do Programa Caça-Esgoto da Copasa, que tem como objetivo eliminar os lançamentos de esgoto indevidos e direcioná-los a estações de tratamento. No entanto, ainda há outros pontos que precisam ser melhor tratados para que o peixe volte ao rio, como o replantio de matas ciliares, o controle do assoreamento e o planejamento do uso do solo da bacia hidrográfica.



FOTO: FOCALUS/ISA

Esgoto e urbanização: dois grandes problemas do Velhas

Tietê: “Fétido, preto e viscoso”

A degradação do rio Tietê é proporcional ao tamanho da principal cidade de sua bacia e uma das maiores metrópoles do mundo: São Paulo. Segundo informações da assessoria de comunicação da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), “no início do século XX, com o aumento da demanda de energia para movimentar o parque industrial que começava a surgir na cidade, as administrações públicas adotaram uma política de uti-

lização do rio apenas como veículo transportador de esgoto e fonte de produção de energia”. Para o geógrafo e educador ambiental da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica, Vinícius Madazio, a imagem que a população paulistana tem do rio é de algo “fétido, preto e viscoso”.

No ano de 1992, a ONG SOS Mata Atlântica, a rá-

dio Eldorado e o Jornal da Tarde deram início a uma mobilização que culminou em um abaixo-assinado pela recuperação do rio com 1,2 milhão de assinaturas. Surgiu então o Projeto Tietê, cujo objetivo é coletar e tratar o esgoto gerado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). É um trabalho de saneamento ambiental. “Quando a gente fala em revitalização, falamos em muitos outros aspectos além de retirar o esgoto do rio. [Mas] eles não estão contemplados no rio Tietê porque a realidade de São Paulo é muito peculiar”, afirma Vinícius Madazio. Boa parte dessa peculiaridade se deve à intensa urbanização de sua bacia que, somente da RMSP, passa por 38 municípios e abriga cerca de 20 milhões de habitantes.

Mais de 16 anos depois, os resultados ainda são incipientes. Em relatório divulgado em junho pela Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental de São Paulo, a qualidade das águas do rio Tietê piorou em alguns pontos. O motivo estaria na falha do sistema de tratamento de esgoto da Sabesp.

Espuma em trecho do rio Tietê. Resíduos industriais e detergente doméstico são os principais causadores



FOTO: EURECO ZMARES

A potência alemã

A Alemanha é o expoente quando o assunto é revitalização. A partir da Idade Média, os rios alemães começaram a ser modificados para diversos fins como facilitar a navegação, gerar energia e ganhar terras para a agricultura. Essas obras se intensificaram com o aprimoramento de técnicas de engenharia fluvial no século XIX. Em 1960/70, as consequências ambientais entraram na discussão. Segundo o engenheiro da Agência Estadual de Meio Ambiente da Baviera (Alemanha), Walter Binder, em entrevista intermediada por Wilfried Teuber, os primeiros projetos de revitalização na Alemanha começaram na década de 1980. Binder conta que a iniciativa partiu principalmente de

ONGs de proteção à natureza, associações de pescadores, e também da população ribeirinha. Eles exigiram das autoridades estaduais e municipais atividades para renaturalizar os seus rios.

“Os conceitos para a renaturalização de rios desenvolveram-se passo a passo; começou com tentativas tímidas de considerar as condições da natureza, de conservar biotas especiais e de incluir plantas nas obras de manutenção de rios”, diz o engenheiro Walter Binder. Diferentemente do Brasil, a despoluição das águas na Alemanha não fazia parte dos programas de revitalização; era uma pré-condição.

Hoje, segundo ele, a renaturalização



FOTO: WALTER BINDER

O rio Isar, na Baviera, virou “praia” depois de revitalizado

de rios na Alemanha é tratada como algo maior que a criação de parques lineares e tratamento da mata ciliar: “o objetivo é melhorar as funções ecológicas; precisa-se melhorar a estrutura do rio”. Reconhecem também que a conservação de rios em condições naturais é ainda mais importante que renaturalizar cursos d’água já fortemente modificados. Alternativa mais viável, inclusive economicamente.

Chico na revitalização

O Rio das Velhas corre por 801 quilômetros. O Tietê, 1.100. Os dois têm em comum o fato de passarem por regiões metropolitanas densamente povoadas. Se é difícil revitalizar esses dois rios, imagine tentar fazer o mesmo com um de 2.800 quilômetros? O rio em questão é o São Francisco, cuja bacia abrange seis estados e o Distrito Federal. A tarefa se torna ainda mais complicada por não haver articulação entre os atores envolvidos.

Criado em 2004 pelo governo federal, o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF) envolve os ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente (MMA) em parceria com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (Codevasf).

O Programa se divide em cinco linhas de ações que deverão ser executadas em 20 anos: Gestão e Monitoramento; Agenda Socioambiental; Proteção e uso sustentável de recursos naturais; Qualidade de saneamento ambiental e Economias Sustentáveis. No entanto, ainda falta muito a ser feito. Segundo o secretário de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos do MMA, Luciano Zica, há mais etapas planejadas do que em execução. O que há,

de acordo com ele, é um conjunto de obras que não dialogam entre si, e ações de diferentes ministérios.

Segundo o engenheiro agrônomo e diretor do PRSF pela Codevasf, Athadeu

Ferreira da Silva, “o Programa de Revitalização definiu como prioridade as sub-bacias”. Ele afirma que a aplicação dos recursos, proveniente, em sua maioria, do Programa de Aceleração do Crescimento, é baseada em fatores como população e participação hídrica e territorial na bacia. Há controvérsias. O professor da área de geologia da Universidade Federal de Sergipe e coordenador da Câmara Técnica do Baixo São Francisco do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, Luiz Carlos Fontes, acredita que há uma falta de critérios para essa distribuição. “O recurso é aplicado nas coisas mais díspares possíveis. Está sendo aplicado dinheiro da revitalização na transposição, inclusive”, alerta.

Luiz Carlos acredita também que as ações estão desarticuladas e distantes da realidade da bacia. “Elas são tomadas em Brasília, não há uma discussão sobre as prioridades a serem estabelecidas, metas a serem criadas, indicadores a serem perseguidos”, diz ele. Athadeu, ao contrário, afirma que as ações para revitalização do São Francisco estão “muito bem articuladas”.

A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR

— A revitalização seria feita caso não houvesse transposição do São Francisco?

— Em partes. Não quer dizer que não iria fazer a transposição do São Francisco. Diferente do que se imagina, ela é uma simples tomada de água, retirada do rio. É igualzinho você faz no programa Jaíba, você só tira água. Evidentemente que essa discussão da transposição deu um gás maior, deu mais evidência.

A pergunta feita a Athadeu Ferreira volta e meia aparece nos debates sobre a transposição. “A revitalização não pode ser um braço da transposição. É barganha, é um cala-boca”, acredita Luiz Carlos Fontes.

“Aqui dá pra nadar”, Odilon às margens do trecho do Rio das Velhas que passa por sua fazenda

FOTO: MARIANA GARCIA



Folha por folha

O MEIO AMBIENTE NAS PÁGINAS DA LITERATURA BRASILEIRA

GABRIELLA HAUBER E TARCÍSIO BAPTISTA
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá / as aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá. Esses versos da *Canção do Exílio* (1843), poema de Gonçalves Dias e marco do romantismo brasileiro, exemplificam o caráter contemplativo com o qual muitos autores abordavam o meio ambiente nas obras literárias brasileiras na primeira metade do século XIX. A natureza era apresentada de forma descritiva, apreciativa ou apenas como pano de fundo; pouco influenciava na construção dos personagens ou dos enredos. Também desde essa época, “a representação da natureza é lugar de construção contínua da identidade nacional”, afirma o professor de Teoria da Literatura da Universidade Federal de Minas Gerais, Marcus Vinícius de Freitas. As obras passaram a exaltar a natureza brasileira, afastando-se das representações da literatura portuguesa e contribuindo para a formação de um sentimento de orgulho da pátria.

Porém, o processo posterior de industrialização modificou a relação homem-ambiente, que passou a ser de dominação e conquista. O que despertou o interesse dos escritores brasileiros em problematizar essa relação. Segundo a professora de Literatura da Universidade de São Paulo, Teresinha Brandão, “a partir da segunda metade do século XIX, a natureza deixa de ser apenas um pano de fundo e passa a ser um personagem das obras literárias”. Essa transição foi influenciada, também, pelos diários de viajantes naturalistas, como Charles Darwin, que foram importantes para a mudança de visão dos escritores brasileiros.

Alguns exemplos de obras em que a natureza atua sobre e como personagens são: *Os sertões* de Euclides da Cunha; *Urupês* de Monteiro Lobato; *O triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto; *Vidas Secas* de Graciliano Ramos; e *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa. “Guimarães Rosa, a todo momento, permeia com o ambiente as situações emocionais, o que acontece aos personagens”, explica a contadora de histórias do grupo Tudo era uma vez, Elisa Almeida.

Já em *Vidas secas*, os personagens são apresenta-

dos de acordo com o meio em que vivem. “A relação de Fabiano com a família é tão seca quanto a própria terra”, explica a professora de Literatura da Faculdade Sete de Setembro da Bahia, Socorro Almeida.

“SE O SENHOR FOR LÁ, ALGUMA COISA O SENHOR AINDA ENCONTRA”

Essa frase foi dita por Riobaldo, personagem de *Grande Sertão: Veredas* (1956), de Guimarães Rosa, ao relatar o meio no qual vivia e a atuação do homem sobre ele. Já nessa época, era possível perceber a degradação ambiental e a preocupação de alguns autores em mostrar o que estava acontecendo e o que ainda podia acontecer com o ambiente.

O tom de alerta sobre os problemas ambientais tornou-se presente não só em *Grande Sertão*. Monteiro Lobato em seu artigo contra as queimadas (*Velha Praga*), Lima Barreto e o projeto do seu personagem de desenvolver uma agricultura sem o uso de agrotóxicos (*Triste fim de Policarpo Quaresma*) e outras obras de Guimarães Rosa são exemplos disso. “Rosa chama atenção

para muitas coisas que naquele momento já estavam acontecendo. Ele descreve as mudanças na paisagem, a devastação e defende a proteção dos animais”, afirma Elisa Almeida.

De acordo com Teresinha Brandão, “é uma missão dos escritores aproveitar a literatura para levar ao mundo o que está acontecendo”. Para Socorro Almeida, a importância de se analisar as obras literárias em uma perspectiva ecocrítica está no fato de a literatura poder contribuir para a sensibilização humana, no sentido de preservar o meio em que vive. ♦

“Tudo seco ao redor. E o patrão era seco também, arreliado, exigente e ladrão, espinhoso como um pé de mandacaru.”

VIDAS SECAS, GRACILIANO RAMOS



DETALHE DA ILUSTRAÇÃO DO LIVRO "GRANDE SERTÃO: VEREDAS", NOVA FRONTEIRA, 2005

Ecocrítica?

A ecocrítica é uma linha de crítica literária em bases ecológicas. É a observação e análise da natureza e da relação desta com o homem através das obras literárias.

Como vovó já dizia

POPULAR E CIENTÍFICO. SABERES QUE NEM SEMPRE ANDAM TÃO DISTANTES

LUCAS SÁVIO E JESSICA SOARES
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Manjerição para gripe. Boldo contra má-digestão. Erva doce e camomila para acalmar os nervos. Você já deve ter ouvido isso antes, mas talvez não tenha dado muita atenção. Esse saber, dito popular, em muitos momentos perdeu espaço para o saber chamado científico ou erudito. O conhecimento popular “envolve desde as tradições dos povos primitivos até os diferentes saberes populares das diferentes categorias de povos”, como define o antropólogo e pesquisador visitante da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Carlos Rodrigues Brandão.

A supervalorização da ciência impediu “a abertura do mundo à grande diversidade de saberes que ele contém. Este não reconhecimento de outras linguagens, ideologias e crenças, geraram silêncios, exclusões e destruições de saberes outros”, afirma o sociólogo português Boaventura Souza Santos, em seu livro *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Segundo ele, esse processo tem contribuído para a construção de um conhecimento sempre mais elitista, fragmentado e ininteligível para muitos.

“O saber produzido na academia não é superior ao saber de uma comunidade indígena, ou de uma comunidade camponesa. Ele é um saber diferente, qualitativamente diferente, mas em nada desigual”, explica Carlos Brandão.

CADA MACACO NO SEU GALHO?

Apesar de não ser algo presente em todas as áreas de conhecimento, o conflito entre o saber popular e o científico ainda é percebido. Esse problema foi enfrentado pelas estudantes de Biologia da UFMG, Ana Luiza Souto e Nayara Couto Moreira. Elas desenvolveram o projeto Ceres (Cerrado Ecologia e Realidade Sócio-Cultural), que se propõe a valorizar o saber popular envolvido na utilização de plantas medicinais. Um dos trabalhos realizados por elas fez a transcrição de saberes orais da população dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. As alunas entrevistaram a população nativa, com intuito de saber quais eram as plantas utilizadas e suas aplicações.

“Quando a gente começou a fazer o projeto as pessoas riam. ‘Como assim? Biologia com cultura popular? Biologia com antropologia? Com sociologia? O quê que tem a ver?’”, lembra Ana Luiza. Tais críticas vão na contra-mão do pensamento da pesquisadora da Unicamp, Alpina Begossi: “costumo considerar um absurdo um

sociólogo que nunca estudou ou leu sobre biologia, assim como um biólogo que nunca tomou conhecimento da cultura. Como pode ser um cientista? Pela metade?”

A VOZ DO POVO É A VOZ...

Existem áreas acadêmicas em que a importância do saber popular é reconhecida com mais ênfase. Uma delas é a etnobiologia – ramo da ciência que busca acessar o conhecimento de populações que interagem cotidianamente com a natureza. É nessa perspectiva que trabalham as estudantes de Biologia Ana Luiza e Nayara Moreira. Apesar de ser uma área de estudo recente no Brasil, Alpina Begossi afirma que em outros países esse campo do conhecimento já existe desde o século XIX.

Prova disso foram as pesquisas feitas no mesmo século na região da Estrada Real (ver box) por pesquisadores europeus. Esses estudiosos constataram que os moradores da região da Estrada possuíam uma rica me-

dicina popular baseada no uso de plantas nativas. Contudo, a professora da área de Fitoterapia da Faculdade de Farmácia da UFMG, Graça Lins Brandão, percebeu em seus estudos que o conhecimento sobre plantas nativas vem se perdendo. O uso de plantas medicinais feito hoje pela população brasileira é baseado principalmente em plantas exóticas, ou seja, não naturais da região em que se encontram.

Visando recuperar as plantas que compõem a nossa biodiversidade e que possuem potenciais princípios ativos, a professora desenvolveu o projeto “Plantas Medicinais da Estrada Real: Um saber ameaçado”, coordenado pelo Dataplant (Banco de Dados e Amostras de Plantas Aromáticas, Medicinais e Tóxicas) da UFMG. Ela

resgatou estudos dos naturalistas que percorreram a Estrada Real no século XIX. Nelas, encontra-se a descrição de 200 plantas medicinais usadas pela população da época. O trabalho da professora consistiu em verificar a utilização atual dessas plantas pela população nativa.

A cada cidade visitada, quem conhecia os remédios da tradição era procurado. O resultado de sua busca identificou uma situação lastimável. Até mesmo as pessoas mais idosas, com maior conhecimento sobre plantas, desconheciam algumas delas. A perda de tradições, a destruição das matas nativas e a entrada da indústria internacional farmacêutica, com a introdução de medicamentos sintéticos, foram alguns dos fatores responsáveis por esse processo.

Caminhos da Realeza

A Estrada Real ligava, inicialmente, a antiga Villa Rica, hoje Ouro Preto, ao porto de Paraty, no Rio de Janeiro. Com o tempo, mais dois caminhos foram abertos. O primeiro passou a ligar Ouro Preto à cidade Rio de Janeiro. Depois a estrada se estendeu até a atual Diamantina. Além de percorrer diversos ecossistemas, como Mata Atlântica e Cerrado, a Estrada passa por várias Unidades de Conservação estaduais e federais.

Amigos dos meus amigos meus amigos são

O Monitoramento Ambiental Participativo (MAP) é uma iniciativa do Projeto Manuelzão em parceria com a Fundação Estadual do Meio Ambiente e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais. O objetivo é fazer o monitoramento constante de todo o Velhas, principalmente no que diz respeito à mortandade de peixes.

Para que o trabalho seja feito, é necessário constante com o rio. Os ribeirinhos passaram a auxiliar nessa tarefa e receberam o nome de “Amigos do Rio”. São 34 no total, espalhados ao longo do Velhas e em alguns de seus afluentes. Eles passaram por uma capacitação para fazer coletas da água com parâmetros científicos e medições de tempera-

tura, pH e oxigênio. Ainda assim, o conhecimento que eles têm sobre o rio, adquirido tanto por meio da tradição quanto pela vivência, é essencial para a verificação de que algo está errado com o curso d'água.

Segundo o biólogo do Projeto Manuelzão e coordenador técnico do MAP, Carlos Bernardo Mascarenhas, o saber popular é incorporado “de forma indireta”. O fato de morar na beira do rio, segundo ele, gera um conhecimento que é intrínseco à pessoa. “Quando a água muda de cor, quando o rio sobe ou desce, quando o cheiro muda, o comportamento dos peixes. Tudo isso que está no conhecimento popular contribui para a avaliação”, afirma. ●



Contrapartida

JULIANA AFONSO
Estudante de Comunicação Social da UFMG

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Mauro: "Nosso sistema de defesa do meio ambiente não vê a qualidade ambiental"

Licenciamento ambiental é um instrumento de gestão previsto em lei, adotado para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras. O que pouca gente sabe é como ele funciona de fato. Diversos especialistas discutiram o assunto no Fórum de ONGs, lista de troca de e-mails composta por ONGs ambientalistas e órgãos públicos. A lista foi criada para que as questões ambientais do estado fossem, continuamente, discutidas.

Nos últimos meses o debate sobre o licenciamento motivou vários e-mails. Dois nomes se destacaram: Maria Dalce Ricas, superintendente da Associação Mineira de Defesa ao Meio Ambiente, e Mauro da Costa Val, representante do Instituto Ekos para o Desenvolvimento Sustentável. Figuras de renome no cenário ambientalista mineiro, os dois apresentam opiniões diferentes acerca dos temas. Eles discordam quanto à extinção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e quanto à efetividade do enquadramento dos corpos d'água, mas têm opinião semelhante quando o assunto é a gestão ambiental em Minas Gerais.

Existe uma proposta de licenciamento que seja ótima, do ponto de vista ambiental?

DALCE: Não existe e o licenciamento ambiental vem sendo cada vez mais questionado. Enquanto as políticas econômicas desenvolvimentistas continuarem decidindo sem considerar as variáveis ambientais, vamos continuar assistindo a um licenciamento que se transformou realmente em um carimbo, com raras exceções.

MAURO: Existe uma proposta ótima. O que ocorre é que o licenciamento ambiental tem que funcionar como instrumento de gestão junto com os outros instrumentos de gestão. Não pode funcionar isoladamente. Licenciamento ambiental virou uma coisa cartorial, é como se você tivesse pegando uma autorização, um alvará de funcionamento.

Todos os instrumentos de gestão ambiental previstos por lei são de fato utilizados?

DALCE: Não são porque os instrumentos de gestão pensados ainda estão muito no papel e na cabeça dos governantes, gestores,

técnicos, órgãos ambientais. A viabilização deles só será possível quando a gestão dos recursos naturais for uma prioridade tão grande dentro dos governos quanto hoje é estimular novas atividades econômicas.

MAURO: De fato, apenas, e apenas, o licenciamento ambiental. Não é feita avaliação para cada empreendimento. E precisa ter. É instrumento de gestão da Lei 6.938 você fazer Avaliação de Impacto Ambiental.

O enquadramento de corpos d'água é um instrumento de gestão que tem como objetivo enquadrar os cursos em classes, que vão de 1 até 6, de acordo com a qualidade da água. Qual é a sua opinião a respeito da retirada desse instrumento da lei?

DALCE: É uma questão bastante técnica, não sei as razões pelas quais o Mauro defende essa posição e talvez eu até concorde com ele. Mas, a princípio, eu não vejo malefício nesse enquadramento.

MAURO: As águas são enquadradas burocraticamente. Tem lugar que tem capacidade de autodepuração forte que pode

receber esgoto, até *in natura* que em 10, 20 km ele trata [se recupera]. Como você não estudou isso você está perdendo a chance de usar a capacidade de assimilação e de conhecer a realidade.

Você acha que a gestão ambiental deve ser centralizada ou descentralizada?

DALCE: Eu acho que deve ser descentralizada. A descentralização deveria refletir realmente uma política ambiental por parte do poder público.

MAURO: Descentralizada. Os administradores públicos que estão aí têm mais medo é de perder poder.

E qual setor administrativo deveria ser encarregado dessa gestão descentralizada?

DALCE: Seria o corpo técnico do sistema de gestão ambiental.

MAURO: Os comitês de bacia, os Copams regionais, o Conselho de Política Ambiental do Estado e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

A criação de uma Agência Ambiental e de uma Diretoria de Recursos Hídricos foram apresentadas no Fórum de ONGs como propostas para extinguir o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Quais são as vantagens desses dois órgãos em relação ao Conselho?

DALCE: Nós sempre fomos favoráveis à criação de uma Agência Ambiental em Minas e à extinção dos órgãos seccionais: Feam, Igam, IEF. Não conseguimos ver separação. Para nós não existe agenda azul, agenda marrom, agenda verde, existe uma só: agenda ambiental. Um comando único é fundamental. Até agora ninguém me provou o contrário, que haja necessidade de um Conselho Estadual de Recursos Hídricos. A simples extinção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos não resolveria o problema.

MAURO: Vantagem nenhuma. A proposta de uma Agência Ambiental e de extinguir o Conselho de Recursos Hídricos é a mais antidemocrática de que eu já ouvi falar. O princípio da política pública de recursos hídricos é a descentralização, é você passar as competências da política pública para o nível administrativo hierárquico mais baixo e mais próximo da população. Defende a extinção do Conselho quem é contra a descentralização.

A sociedade organizada participa da execução dos projetos que vão causar impacto ambiental?

DALCE: Teoricamente participa, já que a sociedade civil está representada dentro do Conselho Estadual de Política Ambiental, que concede licenças, outorgas. Acho que o caminho é esse mesmo, através da ação de entidades organizadas, ONGs, criticando, cobrando e propondo mudanças de políticas públicas, de postura.

MAURO: O sistema é montado para a sociedade ter pouca influência. Em Minas Gerais é feito o mesmo Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental para qualquer situação, para qualquer bioma. Eles pedem o mesmo escopo, para qualquer empreendimento, para qualquer lugar. Para começar essa ruptura epistemológica tem que mudar o jeito de pensar do Sistema Estadual de Meio Ambiente.

Foi dito no Fórum de ONGs que transferir o poder de fazer licenciamento ambiental a comitês é simplificar o problema. Por quê?

DALCE: Vejo os comitês como, pelo menos na concepção atual, instâncias que vão definir sobre o uso da água. O licenciamento é muito mais do que o uso da água. O uso da água está contido no licenciamento.

MAURO: Ninguém pediu pra transferir o licenciamento de qualquer coisa pra comitê de bacia, isso é uma burrice, uma bobagem. Só aborda esse tipo de questão quem não conhece a lei, quem está querendo atrapalhar em vez de ajudar.

Na sua avaliação, a gestão ambiental em Minas Gerais é adequada?

DALCE: Não considero que seja adequada. Não há uma política ambiental definida para o estado. Para você ter uma idéia, até hoje o desmatamento para fazer carvão é legalizado. Nós temos um licenciamento ambiental capenga, sujeito a interferências políticas, sem fiscalização, uma demanda muito grande, a fiscalização é muito ruim.

MAURO: Não, de forma alguma. A gestão ambiental em Minas Gerais é adequada para o desenvolvimento econômico, para aumentar a arrecadação do Estado, para aumentar o número de indústrias, o número de empreendimentos que exploram a qualidade ambiental, que exploram os recursos naturais. ♦

FOTO: SÂMIA BECHELANE



Dalce: "Qualquer empreendimento que utilize recursos naturais, por princípio, é impactante"

Ação conjunta ajuda a definir critérios para a recuperação de nascentes

ENNIO SILVA E SAMUEL ANDRADE
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Taquaraçu de Minas fica a 63 km de Belo Horizonte e o abastecimento de água feito pela Copasa atende apenas ao centro urbano. Cerca de dois terços da população vive na área rural. Essa situação faz com que várias comunidades utilizem água captada de nascentes, mananciais e poços artesianos. É o caso de Abobreiras, na zona rural de Taquaraçu. Um poço artesiano construído há 14 anos abastecia a comunidade. Mas, a vegetação ao redor das nascentes e dos topos de morro não foi preservada. Isso levou o nível do poço a baixar e reduzir a oferta de água para a comunidade. “Eles achavam que iam ter água pro resto da vida”, conta a gestora ambiental do Subcomitê do rio Taquaraçu, Derza Nogueira.

Se o desmatamento diminuiu a quantidade de água, o caminho era recuperar

as áreas desmatadas. O Subcomitê do rio Taquaraçu, em parceria com a professora do Departamento de Botânica do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, Maria Rita Muzzi, desenvolveu um projeto de recuperação de nascentes. A primeira experiência foi feita em sete propriedades de voluntários. Utilizando apenas o cercamento da nascente e de áreas em torno dos cursos d'água, foram recuperadas nascentes que estavam degradadas ou até secando. Foi preciso esclarecer para a população que quando eles plantavam cana, feijão, ou criavam gado perto das nascentes, a qualidade da água era comprometida.

A recuperação de nascentes incentivou outros trabalhos. Aproveitando que o Vigiágua, programa do Ministério da Saúde que zela pela qualidade dos cursos d'água,

começou um processo de identificação da qualidade das fontes de água utilizadas pela população, o Subcomitê propôs que fosse feito também um diagnóstico das condições de preservação das nascentes. Agentes de saúde foram capacitados para fazer a coleta de água e aplicar os questionários em três municípios da bacia do rio Taquaraçu-Nova União, Taquaraçu de Minas e Caeté.

No levantamento foi observado se as nascentes estavam cercadas, próximas a fossas, se a vegetação era nativa, se a água estava contaminada. Identificaram-se quase 200 nascentes utilizadas para consumo humano. O programa ainda está em fase inicial, mas servirá como base para definir quais nascentes deverão ser cercadas e recuperadas.

Onde há fumaça, há fogo... e risco de incêndio

PAULA FONSECA E JÉSSICA ANTUNES,
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Todos os anos o Brasil sofre com as queimadas. O período de estiagem, que vai de junho a novembro, é o mais crítico do ano. Devido à baixa umidade, a vegetação fica mais seca e torna-se uma espécie de combustível natural que tende a pegar fogo diante de fontes de calor mais intenso. O bombeiro da Divisão Ambiental do Parque Estadual do Rola Moça, Major Ramos, afirma que “Minas Gerais é a área mais queimada do Brasil”. De acordo

com o estudo “Perfil dos incêndios florestais no Brasil em áreas protegidas no período de 1998 a 2002”, dentre os 19.377 incêndios que ocorreram no Brasil entre 1998 e 2002, 50,32% foram detectados em Minas. A pesquisa foi realizada por engenheiros florestais do Departamento Florestal da Universidade Federal do Paraná.

Nas áreas rurais, a utilização de fogo na limpeza do terreno para o plantio ou para que ocorra a rebrota do pasto é bastante comum. O problema se dá quando um agricultor atea fogo ao seu pasto sem permissão ou auxílio do Instituto Estadual de Florestas (IEF). Dessa maneira, os incêndios podem se propagar além da área desejada pelo agricultor. Outros costumes, como a queima de lixo, o uso de fogueiras e velas em cultos religiosos e o lançamento de pontas de cigarros na beira de estradas também podem causar incêndios. Muitas vezes, as pessoas que praticam essas ações não têm consciência do problema que estão criando.

Para os órgãos responsáveis pela preservação das áreas florestais, o principal motivo das queimadas provocadas pelo homem é a falta de informação. Eles apontam a educação ambiental como a medida mais eficaz, pois modifica a maneira de agir a longo prazo. Além disso, a prevenção custa menos que o combate.

Entre 1998 e 2002, metade dos incêndios que ocorreram no Brasil foram detectados em Minas



FOTO: EVANIRO RODRIGUES



FOTO: GABRIELA SÁ

Falta do hábito dos brasileiros de separar lixo é vista como dificuldade para expansão da coleta seletiva

Coleta Seletiva em BH tenta se expandir

DANIEL LOMONACO, GABRIELA SÁ E VÍCTOR VIEIRA
Estudantes de comunicação Social da UFMG

Belo Horizonte descarta cerca de 3500 toneladas de lixo diariamente. O esgotamento do aterro sanitário, às margens da BR-040, é um sinal de que a coleta seletiva pode ser um caminho para a destinação destes materiais. Na capital, a coleta seletiva existe desde 1993 e ocorre em duas modalidades: ponto a ponto, em que a pessoa deve levar seu lixo reciclável a contêineres específicos disponíveis na cidade; e porta a porta, em que a prefeitura recolhe os recicláveis na porta da casa de cada um. O programa BH Recicla, lançado em novembro do ano passado, é uma expansão do serviço porta a porta para mais 30 bairros. Segundo a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), treze bairros eram atendidos pela coleta seletiva porta a porta antes do BH Recicla. Belo Horizonte possui 284 bairros.

Há cinco etapas previstas pela SLU para a implantação do programa. Cada uma destas fases corresponde a um aumento dos distritos de coleta atendidos e duas delas já estão concluídas. O crescimento no número de locais contemplados privilegiará bairros do Centro-Sul, cuja porcentagem de material reciclável em seu lixo, segundo dados da prefeitura, é a mais elevada no município. Ao final da implantação, a coleta será realizada na porta das casas de aproximadamente 424 mil habitantes, cerca de 20% da população da capital. A SLU pretende expandir a rede de coleta seletiva para outras regionais como Venda Nova, Barreiro e Pampulha, embora ainda sem nenhuma data prevista.

Uma dificuldade para o sucesso do programa é a falta de hábito de separar o lixo da maioria dos brasileiros. Outro problema, segundo a SLU, é a infra-estrutura de destinação do material. A quantidade de recicláveis destinada a cada cooperativa de catadores de lixo ainda não está definida e varia conforme o tamanho do galpão e sua proximidade em relação à área de coleta.

Segundo a representante da Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável da Regional Oeste de Belo Horizonte, Maria das Graças Brito, “a coleta seletiva que a prefeitura colocou em Belo Horizonte tem melhorado muito a vida dos catadores”, tanto dos que são organizados em cooperativas quanto os autônomos. A SLU reconhece que, por diversas vezes, os catadores autônomos recolhem o lixo, separado pelos moradores no dia de coleta, antes da passagem do caminhão da prefeitura.

Para os mestres



Inserir conteúdos pedagógicos digitais, como vídeos, animações, arquivos de áudio e texto, no cotidiano da escola. Esse é o objetivo de dois sites lançados pelo Ministério da Educação (MEC): o Banco Internacional de Objetos Educacionais e o Portal do Professor. De acordo com o currículo de cada disciplina, é possível acessar um plano de aula que inclui a utilização de recursos multimídia. Uma equipe de 200 especialistas está construindo conteúdos de química, física, biologia, matemática e língua portuguesa. Além disso, parcerias com universidades federais e com entidades de outros países estão sendo firmadas para que conteúdos já existentes possam ser oferecidos nos portais. Segundo o MEC, a capacitação dos professores para a utilização das ferramentas multimídias já está sendo feita a partir do Programa Nacional de Tecnologia Educacional. O acesso aos sites é livre para professores de escolas públicas ou particulares. Os endereços são: portaldoprofessor.mec.gov.br e objetoseducacionais.mec.gov.br.

Tempo do Onça

JULIANA AFONSO
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Uma caminhada às margens do Onça, na região do bairro Ribeiro de Abreu em Belo Horizonte chamava para conhecer a realidade de um dos mais importantes afluentes do Rio das Velhas, e também um de seus maiores poluidores. Assim começou o segundo “Deixe o Onça beber água limpa”, que ocorreu no dia 14 de junho. O evento teve como objetivo sensibilizar a comunidade para a elaboração de projetos de planejamento urbano, social e ambiental, visando principalmente a revitalização da região do Baixo Onça. O evento procurou também dar continuidade às ações propostas no primeiro “Deixe o Onça beber água limpa”, ocorrido no dia 26 de abril deste ano.

As demandas expostas na primeira edição também apareceram na segunda. A remoção e reassentamento das pessoas que moram às margens do Ribeirão da Onça, o não lançamento dos esgotos *in natura* no rio e a limpeza do seu leito natural foram algumas das providências que os organizadores do evento consideraram essenciais para a recuperação do Ribeirão. Os dois eventos foram realizados pelo Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (Comupra),

em parceria com o Projeto Manuelzão, o Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Onça e outras instituições.

Na rua Lírio da Cruz, em frente à Escola Estadual Bolívar Tinoco Mineiro, foram montadas quatro oficinas e uma “Rua de Lazer”. A estagiária de psicologia do Programa Fica Vivo! e participante da oficina sobre o Programa, Maria Vasconcelos, conta que “as pessoas associam a redução da

criminalidade no local com a chegada do Programa”. Até o ano de 2003, o bairro era conhecido pelo alto índice de criminalidade. Assaltos, assassinatos e brigas entre os grupos da região aconteciam frequentemente. As novas opções de lazer e cultura promovidas por oficinas e a ação conjunta entre Polícia Civil, Polícia Militar e Ministério Público foram essenciais ao sucesso do Fica Vivo! no Ribeiro de Abreu.



FOTO: JULIANA AFONSO

Pula-pula, cama-elástica, pintura no rosto, mesas de totó e ping-pong, apresentações de dança e karatê. Atrações da “rua de lazer”

Avaliações

Relatos e análises de sua trajetória. Essa é a tônica do livro lançado pelo Projeto no mesmo dia em que se comemora o centenário de nascimento de Guimarães Rosa, 27 de junho. Intitulado Projeto Manuelzão: A história da mobilização que começou em torno de um rio, o livro conta um pouco da experiência do Projeto. “Pensamos em apresentar a história de um movimento que sobreviveu ao desafio da captação de recursos. Em levar ao público universitário, pelo Brasil afora, a experiência de um projeto que questionou pontos de vista sedimentados e fez isso junto com a comunidade”, explica Letícia Malloy, coordenadora de Publicações Científicas e Literárias do Manuelzão e uma das organizadoras do livro. “O livro traduz uma produção prática e teórica, o nosso pensamento até aqui. Não é uma publicação ufanista”, completa Apolo Heringer Lisboa, coordenador-geral do

Manuelzão e também um dos organizadores do livro. Os textos abordam ações relativas à pesquisa, mobilização social e educação ambiental realizadas pelo Manuelzão e seus parceiros em sua trajetória. “Pedimos aos autores a ‘sinceridade’ de apresentarem o que houve de bem sucedido e em que ponto houve dificuldades e falhas. Então, não se trata de um relato apenas, mas de uma reflexão crítica sobre o trabalho do Projeto”, explica Malloy. A publicação será distribuída gratuitamente para instituições de ensino superior e bibliotecas públicas da bacia hidrográfica do Rio das Velhas e do São Francisco. Também vão recebê-los os Núcleos Manuelzão, subcomitês de bacia e outros parceiros do Projeto. Serão selecionadas também algumas escolas públicas de ensino fundamental e médio da bacia do Velhas. Informações pelo e-mail: manuelzão@manuelzão.ufmg.br

Na rua, na chuva, na fazenda

NÃO IMPORTA ONDE, QUANDO O ASSUNTO É MEIO AMBIENTE, ODILON DE LIMA É UM HOMEM DE ATITUDE

STÉPHANIE BOLLMANN
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Jacarandás, cedros, ipês. Rios, nascentes. Pássaros, macacos, gansos. Tudo isso, em mais de 100 hectares de Mata Atlântica preservada e um visual de dar inveja, compõe a fazenda Aurora, localizada no município de Itabirito e propriedade do empresário imobiliário Odilon de Lima. Esse cenário parece fazer muito bem ao seu dono. É lá que com sua esposa Sandra, e às vezes acompanhado de seus três filhos, Cecília, Letícia e Fábio, que ele relaxa, repõe as energias e, principalmente, controla seus impulsos.

De uns cinco anos pra cá, Odilon começou a se voltar mais para as questões ambientais do local. Primeiro foi o lixo: “eu queimava. Quando eu vi que era ruim, passei a levar para Belo Horizonte”. Depois, construiu as chamadas barraginhas secas, valas feitas na terra para conter a força da água da chuva. Elas diminuem as possibilidades de erosão e, ele garante, fizeram com que uma nascente rebrotasse. Além de 13 nascentes, sua fazenda é margeada pelo Rio das Velhas. Odilon é, inclusive, um Amigo do Rio, responsável por fazer a coleta, todos os meses, da água do Rio das Velhas quando essa passa por sua propriedade.

Desde que comprou a fazenda, Odilon tinha o sonho de ter canários do reino. Chegou a pedir ao Ibama que soltasse as aves nela. Não obteve resposta. Resolveu comprar: “pedi a um empregado que conseguisse para mim; ele voltou com 11 casais. Comprei todos”. Hoje, devido ao grande número de espécies e à mata preservada, a propriedade é utilizada pelo Ibama como ponto de soltura de animais.

Se profissionalmente Odilon vive da venda e locação de imóveis, em sua fazenda bicho nenhum precisa pagar para entrar. Pelo contrário: além das árvores destinadas somente para a alimentação de

animais silvestres, ele investe no plantio de novas espécies frutíferas.

Mas como todo esse empenho, além de fazer bem à natureza, ajudou a controlar os impulsos de Odilon? Quem vê sua fala mansa e riso solto não imagina seu temperamento forte, principalmente em relação ao meio ambiente. Certa vez, ele cercou um caminhão com seus ocupantes, que persistiam em carregar madeira da sua propriedade. Armado e muito bravo, ele insistia para que descessem do veículo. Deu tiros para cima, foi alvo de pedras e acabou atirando em uma das pessoas que estava no caminhão. Hoje ele afirma que esse ato, que lhe rendeu um processo, não se repetiria. “Se isso acontecesse hoje, eu ligaria para a Polícia Florestal”.

BICHO SOLTO

Filho de um pequeno fazendeiro, Odilon foi criado solto. Adorava pescar e nadar. “Minha mãe me proibia de nadar e pescar no rio, ela achava perigoso, mas eu ia mesmo assim. Depois vinha a surra, mas valia a pena”, conta. A natureza só virou preocupação durante a juventude. “Quando criança, eu gostava de um modo egoísta, queria só pra mim, eu prendia os canários e botava para brigar.” Ele diz que se arrepende dessas atitudes e se defende: “nunca ninguém falou que era errado”.

Hoje, Odilon se preocupa com o meio ambiente aonde for. Em sua casa e na empresa que possui em Belo Horizonte ele faz coleta seletiva. Recolhe papéis e lixo do chão, na estrada, na calçada.

Muito dinheiro já foi investido, mas Odilon afirma que, um dia, vai viver apenas com o dinheiro da fazenda. Ele pretende se voltar para o turismo rural. Sua propriedade oferece cavalgadas e hotel para cavalos: “eu não sou bobo, eu quero ganhar dinheiro também, dá pra fazer os dois”. ♦



“Aqui dá pra nadar”
Odilon às margens
do trecho do Rio das
Velhas que passa
por sua fazenda

FOTO: STÉPHANIE BOLLMANN

**Além de garantir a sua água,
a Copasa está trabalhando
para garantir a vida nos rios de Minas.**



Quando se fala na Copasa, a gente logo pensa na água pura e saudável que chega todos os dias na nossa casa. Mas o trabalho da Copasa vai muito além disso. A Copasa preserva mais de 24 mil hectares de matas que protegem as nascentes e mananciais, pois eles são a principal fonte de abastecimento das nossas cidades. E depois que você utiliza a água, a Copasa ainda se preocupa com o tratamento dos esgotos.

Só para você ter idéia, as Estações de Tratamento de Esgoto do Arrudas e do Onça estão ajudando a trazer a vida de volta ao Rio das Velhas e conseqüentemente ao Rio São Francisco. Além disso, a Copasa já opera 16 Estações de Tratamento de Esgoto nas cidades que fazem parte da bacia do Rio das Velhas. O objetivo é cumprir a Meta 2010, idealizada pelo Projeto Manuelzão, e abraçada pelo Governo de Minas,

que prevê a navegação, a pesca e a natação no Rio das Velhas a partir de 2010. São obras como essas que estão ajudando na preservação dos nossos maiores patrimônios: os rios de Minas. Mas você também precisa fazer a sua parte. Utilizar água com responsabilidade é a única forma de garantir o nosso futuro. Aprenda a respeitar a natureza. Por que quem preserva o meio ambiente preserva a própria vida.